

ESTIETE

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: *Gm*

Data: *29-315/98* Pg. *A1-C3*

Class. *Tupiniquins*

211

<sup>190</sup>

# Tupiniquins cobram luvas

## Aracruz paga para devolver terra

Márcia Raposo  
de São Paulo

Um pagamento em dinheiro de R\$ 2 mil a cada uma das 277 famílias tupiniquins e guaranis do Espírito Santo foi a condição exigida pelos índios para aceitarem o acordo de devolução de suas terras, assinado em 2 de abril pela Aracruz Celulose, a Procuradoria Geral da República e a Funai. O índios das aldeias Caieiras Velhas, Pau Brasil, Boa Esperança e Irajá vão receber, ao todo, de R\$ 11,4 milhões da empresa, a serem pagos em 20 anos, para execução de projetos agropecuários, além 2.571 de terras plantadas com

eucaliptos. Eles queriam uma pequena parte à vista para poderem comprar bicicletas, rádios de pilha, televisores para assistir aos jogos da Copa do Mundo e satisfazer outros sonhos de consumo.

“Para a Aracruz, o acordo encerra os conflitos com as comunidades indígenas vizinhas. E nos dá 20 anos para manter um relacionamento, possibilitando o desenvolvimento sustentado desses índios com os recursos que vamos desembolsar”, disse Carlos Augusto Lira Aguiar, novo presidente da companhia.

O cacique tupiniquim José Sezenando disse, ontem, que faltam duas semanas para os índios e a Funai concluírem os projetos que receberão os recursos da empresa.

O procurador da República Elton Ghermel, porém, não concorda com o pagamento de uma parte em dinheiro aos índios. “Abre um precedente perigoso”, comentou. Além disso, comentou, os índios vão acabar vendendo a madeira plantada pela Aracruz em suas terras. ■

(Pág. C-3)

# Aracruz faz acordo com os índios

Tupiniquins e guaranis retomam terras e devem receber R\$ 11,4 milhões em 20 anos

Márcia Raposo  
de São Paulo

O cacique tupiniquim José Sezenando, da aldeia de Caieiras Velhas (ES), tem passado noites em claro depois que assinou um acordo fundiário inédito com a Aracruz Celulose. Além do seu turno de 24 horas (com 24 horas de descanso) como funcionário da prefeitura, no cargo de motorista de ambulância, ele cuida para que nada impeça os 1.570 índios tupiniquins e 70 índios guaranis de anexar às suas terras — 4,3 mil hectares, no município de Aracruz — mais 2,571 mil hectares retomados da empresa.

O acordo está para entrar em vigor, baseado no "Termo de Ajustamento de Conduta" assinado em Brasília, no último dia 2 de abril, em conjunto com a Funai e a Procuradoria Geral da República. E inclui um pagamento de R\$ 11,4 milhões, em 20 anos, pela Aracruz aos índios, em duas parcelas de R\$ 270 mil por ano (janeiro e julho).

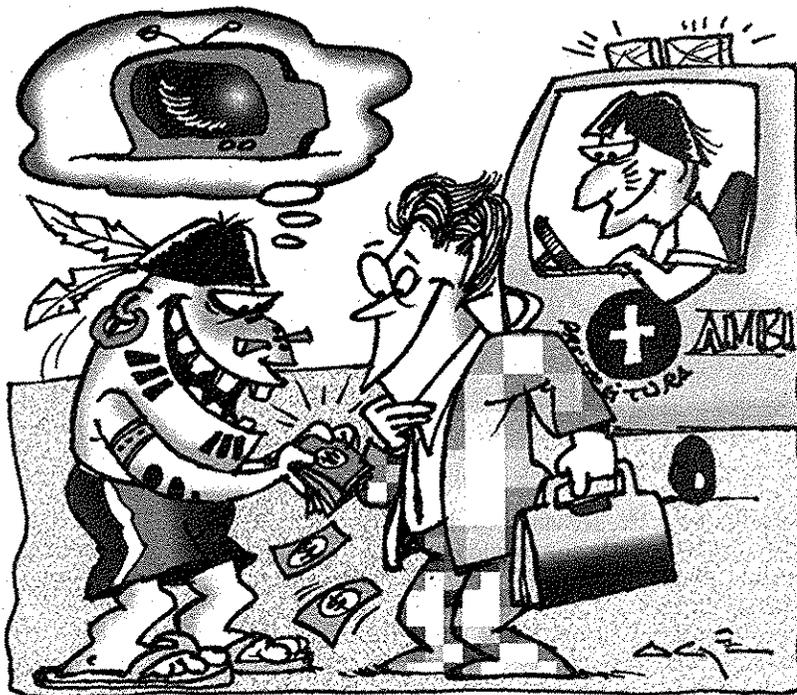
"Para a Aracruz, esse acordo encerra conflitos com as comunidades indígenas vizinhas à empresa e nos dá 20 anos para manter um relacionamento que, cremos, irá permitir o desenvolvimento sustentado desses índios com os recursos que vamos desembolsar", disse a este jornal Carlos Augusto Lira Aguiar, o novo presidente da Aracruz.

Ele sucedeu a Luiz Kaufmann no comando da companhia, logo depois que o acerto formal com os índios foi assinado, em Brasília. O acordo foi fechado por Aguiar, como vice-presidente da Aracruz, no dia 2 de abril, e sua promoção à presidência deu-se no dia 17 seguinte.

Se o consenso não for mantido entre os índios, e um novo ato hostil, como a invasão das terras utilizadas pela Aracruz, voltar a ocorrer, o acordo cai por terra, conforme cláusula de violação das obrigações entre as partes.

"Agora está tudo certo; concordamos que, apesar da Procuradoria da República não gostar, vamos receber pelo menos R\$ 2 mil reais em dinheiro para cada família — são 277 famílias ao todo", disse o cacique Sezenando a este jornal. Essas famílias estão espalhadas pelas aldeias de Caieiras Velhas, Pau-Brasil, Irajá, Três Palmeiras e Boa Esperança, no município de Aracruz. "Os índios querem comprar bicicletas, som, televisão e melhorar suas moradias", explicou.

Além das terras, mais de dois terços ocupadas com plantação de eucaliptos e, o restante, por reservas naturais da mata atlântica, e dos R\$ 11,4 milhões de reais, há uma pro-



posta de assistência técnica da Aracruz para o manejo florestal, a compra da produção de madeira de eucalipto e o pagamento dos serviços de eletricidade e água, diretamente às concessionárias, até o total de R\$ 193,8 mil.

Todos os valores do acordo serão atualizados monetariamente (IGPM ou IPC, ou seus substitutos, sempre o que for maior) no momento do efetivo desembolso.

Os R\$ 11,4 milhões serão destinados a projetos de assistência social e de atividades econômicas que garantam a subsistência e desenvolvimento da comunidade indígena (a maioria dos projetos são de agropecuária). "Roças de feijão, mandioca, cana e laranja, tudo custeado pela Aracruz", contou o cacique.

Esta é segunda vez que os tupiniquins e guaranis retomam terras do maior produtor de celulose de fibra curta do País. A primeira vez foi em 1980. Depois de uma invasão, em 1979, quando os índios reivindicavam 6,5 mil hectares de terras legalmente escrituradas em cartório em nome da Aracruz, um acordo foi acertado com a empresa por 4 mil hectares.

Desta vez, os índios reivindicavam uma área de 13,579 mil hectares, também registrada em cartório em nome da empresa. A nova pretensão surgiu de um estudo feito em 1994 por antropólogos e indigenistas contratados pela Fundação Nacional do Índio (Funai), indicando que, para o desenvolvimento sustentado a longo prazo, os tupiniquins e guaranis, aldeados ou não (os aculturados já vivem em zonas urbanas), precisariam dos 13,5 mil hectares, e

não apenas dos 6,5 mil originalmente reivindicados em 1979.

Em março último, o ministro da Justiça — então Iris Resende — baixou uma portaria (195-98) reconhecendo que precisavam ser demarcados 2,571 mil hectares, referindo-se à complementação do acordo de 1979 (essa área não foi incluída no primeiro acordo dos 4 mil hectares com a Aracruz).

Essa portaria foi o estopim de uma nova crise entre os índios e a empresa, porque desconsiderou os 13,5 mil hectares recém-levantados. Houve uma nova onda de invasões, que quase representou a expulsão do

País do engenheiro ambiental holandês Otto Overbeek, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), baseado em Aracruz.

De volta à mesa de negociação, a Aracruz chegou ao acordo

atual, fora da via judiciária, com os caciques indígenas e com a participação da Procuradoria Geral da República e da Funai.

Mas, o que está assinado e registrado não representou um grande consenso entre os índios. Mais de 100 deles reuniram-se, no início deste mês (dias 8 e 9) com antropólogos e sociólogos e com o procurador da República do Espírito Santo, Elton Ghersel — também signatário do documento — discordando veementemente dos termos do acordo para compensar a redução de suas reivindicações de 13,5 mil para 2,5 mil hectares.

A maioria dos índios, tanto tupiniquins quanto guaranis, queria uma remuneração imediata, em dinheiro, que somaria R\$ 3 milhões, e só nesta semana acertaram o pagamento

de R\$ 2 mil por família — e a Procuradoria não concordava com pagamentos em dinheiro aos índios. "Nós denunciemos o acordo no dia 19 último, porque o Ministério Público não pode concordar que a comunidade indígena, como um todo, não tenha aceito o acordo", disse a este jornal Elton Ghersel.

"Por alguma razão, parte deles entendeu que receberia de imediato um pagamento em dinheiro de R\$ 2 mil da Aracruz, e estão querendo o pagamento de algo que sequer se cogitou no acordo assinado. Não podemos concordar com isso", explicou o procurador da República.

De acordo com Carlos Alberto Roxo, gerente ambiental e de relações institucionais da Aracruz, porém, a empresa entendeu que grande parte dos índios tem condições precárias de vida e concordou com dar uma parte dos recursos acertados no acordo, que serão desembolsados em 1998 ("5% do total"), diretamente para as 270 famílias tupiniquins e guaranis. Ele confirmou que a denúncia do acordo já foi formalmente comunicada pelo Ministério Público à empresa, em carta datada de 19 de maio.

"Mas a visão da Procuradoria não é impeditiva da homologação do acordo pelas partes, que agora estão integralmente acertadas", explicou a este jornal.

A Aracruz está apenas aguardando a entrega de um abaixo-assinado, pelos índios, concordando com a anexação de um adendo ao acordo, para formalizar o pagamento de R\$ 2 mil e o recebimento dos projetos

— a maioria agrícolas — aos quais deverão ser destinados os demais 95% dos recursos. "Assim que recebermos os projetos vamos iniciar os desembolsos à recém-constituída Associação Tupiniquim Guarani, de Aracruz", comentou Roxo.

"Estimamos que os projetos da comunidade de Aracruz deverão estar prontos em pouco mais de duas semanas", disse Wilton M. Andrada, responsável, na Funai de Governador Valadares (MG), pela supervisão da área indígena de Aracruz.

Para o CIMI, está havendo uma pressão sobre os índios por uma rápida solução para o assunto. "Os termos do acordo são frágeis demais e permitem o descumprimento pelas partes. Isto, na prática, pode significar que os índios aceitem receber 2,5 mil hectares e, daqui a alguns anos, possam voltar a brigar pelos 13,5 mil a que têm direito. Mesmo porque a via da Justiça ainda não foi acionada", disse Fábio M. Villas, do escritório da Cimi de Aracruz, ES. ■

**Pagamento de R\$ 2 mil por família, em dinheiro, ainda depende de documento**

**Procuradoria Geral da República não concorda, e já denunciou o acordo**